



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0006927-85.2010.8.17.0000(0213762-4)
IMPETRANTE : WATHAENDSON FERREIRA SAMPAIO
PACIENTE : ALESSANDRO LOPES MENEZES BARROS
RELATOR : DES.ROBERTO FERREIRA LINS
CONVOCADO
COMARCA : SALGUEIRO
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : ELEONORA DE SOUZA LUNA

172

573 V

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART.121, §.2º, II, DO CP). PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL SUPERADO. SÚMULA Nº21 DO STJ. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. PACIENTE PRONUNCIADO EM OUTRO JUÍZO POR CRIME DA MESMA NATUREZA. ART.312 DO CPP. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - A configuração de excesso de prazo na instrução não decorre de soma aritmética de prazos legais. A questão deve ser aferida segundo critérios de razoabilidade, considerando-se as peculiaridades do caso concreto. Assim, a complexidade do feito e o grande número de acusados, por exemplo, assim como outras peculiaridades de cada caso, podem justificar uma maior delonga processual.

II- *In casu*, conforme consta das informações prestadas pelo juízo de primeiro grau, a instrução processual está encerrada, já tendo sido prolatada a sentença de pronúncia. A alegação de excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal está superada, portanto, pelo advento da sentença de pronúncia, em 22/02/2010, que confirmou a prisão cautelar do paciente. Não há que se falar em excesso de prazo após a sentença de pronúncia, a teor da Súmula 21 do STJ.

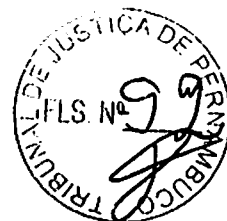
III- Os requisitos da segregação cautelar, ao contrário do que afirma o impetrante, encontram-se presentes. Como informou o magistrado a quo, apontado como autoridade coatora, a prisão do paciente é necessária à garantia da ordem pública, em razão de sua folha de antecedentes criminais, onde consta que responde por crime da mesma natureza dos presentes autos na Comarca de Condado, onde também já foi pronunciado.

IV - As condições pessoais favoráveis do paciente, por si sós, não garantem a revogação da medida preventiva, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da sua manutenção.

V- Ordem denegada à unanimidade de votos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



173

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus** nº0006927-85.2010.8.17.0000(0213762-4), no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de Agosto de 2010.


Des. Roberto Ferreira Lima
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



174

HABEAS CORPUS Nº 0006927-85.2010.8.17.0000(0213762-4)
IMPETRANTE : WATHAENDSON FERREIRA SAMPAIO
PACIENTE : ALESSANDRO LOPES MENEZES BARROS
RELATOR : DES.ROBERTO FERREIRA LINS
CONVOCADO
COMARCA : SALGUEIRO
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : ELEONORA DE SOUZA LUNA

RELATÓRIO

Wathaendson Ferreira Sampaio, advogado, impetrou o presente Habeas Corpus Liberatório, em favor de **ALESSANDRO LOPES MENEZES BARROS**, relativamente ao processo nº0000409-42.2009.8.17.1220, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Salgueiro.

O impetrante alega, em síntese, o seguinte: o paciente encontra-se preso desde o dia 10/03/2009, quando apresentou-se espontaneamente para defender-se da acusação de haver praticado o crime previsto no art.121, §2º, II do Código Penal, ocorrido em 07/03/2009; embora não estejam presentes os requisitos da preventiva e apresente condições pessoais favoráveis, o paciente teve negado seu pedido de liberdade provisória; está configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal; a defesa não deu causa ao referido retardo.

Por fim, requer a concessão da ordem, liminarmente, em favor do paciente e sua posterior confirmação.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls.11/55.

Por meio da decisão de fls.61/62, foi indeferido o pleito liminar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
94
PB
175

A autoridade apontada como coatora prestou informações sobre os fatos alegados no presente writ às fls.69, acostando os documentos de fls.70/81.

A Procuradoria Criminal, pela Procuradora de Justiça, Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer às fls. 85/88, opinando pela denegação da ordem, por considerar ausente qualquer ilegalidade.

É o relatório.

Recife, 1^o de junho de 2010.


Des. Roberto Ferrelira Lins
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



HABEAS CORPUS Nº 0006927-85.2010.8.17.0000(0213762-4)
IMPETRANTE : WATHAENDSON FERREIRA SAMPAIO
PACIENTE : ALESSANDRO LOPES MENEZES BARROS
RELATOR : DES.ROBERTO FERREIRA LINS
CONVOCADO
COMARCA : SALGUEIRO
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : ELEONORA DE SOUZA LUNA

VOTO

Conforme relatado, o presente Habeas Corpus foi impetrado por Wathaendson Ferreira Sampaio, em favor de **ALESSANDRO LOPES MENEZES BARROS**, relativamente ao processo nº0000409-42.2009.8.17.1220, que tramita na 2ª Vara da Comarca de Salgueiro, pela prática do crime previsto no art.121, §2º, II, do CP.¹

O impetrante sustenta que a manutenção da segregação cautelar do paciente é ilegal, uma vez que se encontra preso desde o dia 10/03/2009, sem que estejam presentes os requisitos da preventiva e apesar de apresentar condições pessoais favoráveis, estando configurado, assim, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.

Pois bem.

Tenho que a alegação do impetrante não merece guarida.

¹ CP

Art 121. Matar alguém:
Pena - reclusão, de seis a vinte anos.
Homicídio qualificado
§ 2º Se o homicídio é cometido:
II - por motivo fútil;
Pena - reclusão, de doze a vinte anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
96
177

Consoante pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a configuração de excesso de prazo na instrução não decorre de soma aritmética de prazos legais. A questão deve ser aferida segundo critérios de razoabilidade, considerando-se as peculiaridades do caso concreto. Assim, a complexidade do feito e o grande número de acusados, por exemplo, assim como outras peculiaridades de cada caso, podem justificar uma maior delonga processual².

No entanto, *in casu*, conforme consta das informações prestadas pelo juízo de primeiro grau, e contrariando o que alega a impetrante, a instrução processual está encerrada, já tendo sido prolatada a sentença de pronúncia.

A alegação de excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal está superada, portanto, pelo advento da sentença de pronúncia, em 22/02/2010, que confirmou a prisão cautelar do paciente.

Não há que se falar em excesso de prazo após a sentença de pronúncia, a teor da Súmula 21 do STJ, que transcrevo, *in verbis*: "*Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução*".

Nesse diapasão, transcrevo o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

² STJ, HC 135.121/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 29/06/2009, DJe 03/08/2009



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MANUTENÇÃO DO DECRETO CONSTRITIVO. DESNECESSIDADE DE NOVA FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE MUDANÇA DO QUADRO FÁTICO. RÉU FORAGIDO. NECESSIDADE DE GARANTIA DE APLICAÇÃO DE LEI PENAL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA 21/STJ. PARECER DO MPF PELA DENEGACÃO DO WRIT. ORDEM DENEGADA.

1. Consoante entendimento pacificado nesta Corte Superior, caso persistam os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, desnecessária se torna proceder à nova fundamentação quando da prolação da sentença de pronúncia, mormente quando inexistem fatos novos capazes de promover a soltura do acusado.

2. [...]

3. Proferida a sentença de pronúncia, resta prejudicado o argumento da impetração relativo ao excesso de prazo, pois aplica-se, na espécie, a Súmula 21 desta Corte, segundo a qual, pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.

4. [...]

5. Ordem denegada, em conformidade com a manifestação ministerial.

(STJ, HC 119.074/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2009, DJe 03/08/2009, grifos nossos)

Ressalto que os requisitos da segregação cautelar, ao contrário do que afirma o impetrante, encontram-se presentes. Como informou o magistrado a quo, apontado como autoridade coatora, a prisão do paciente é necessária à garantia da ordem pública, em razão de sua folha de antecedentes criminais, onde consta que responde por crime da mesma natureza dos presentes autos na Comarca de Condado, onde também já foi pronunciado.

Não há que se falar, desse modo, em condições pessoais favoráveis do paciente, como aduz o impetrante. Demais disso, tais condições, acaso existissem, por si sós, não garantem a liberdade provisória,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



179

havendo nos autos elementos outros que indiquem a necessidade da manutenção do decreto prisional cautelar.

Nesse sentido, trago a lume julgado do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. RACISMO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. NEGATIVA FUNDADA NA PERICULOSIDADE DO AGENTE E NA GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO. RISCO À ORDEM PÚBLICA. IMPRESCINDIBILIDADE DA PRISÃO CAUTELAR DEMONSTRADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. [...]

2. [...]

3. Condições pessoais, mesmo que realmente favoráveis, em princípio não têm o condão de, por si sós, garantirem a revogação da preventiva, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da sua continuação.

4. Ordem denegada.

(STJ, HC 102.955/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2009, DJe 23/03/2009)

Assim, não observei qualquer ilegalidade na segregação do paciente a ser sanada por meio do presente writ e entendendo infundadas as alegações da impetrante.

Isto posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 1^o de Agosto de 2010.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado